



043  
101/b

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

APelação CÍVEL Nº: 0183669-7

APELANTE: Município de Olinda/ Construtora Queiroz Galvão S/A e outro

APELADOS: Construtora Queiroz Galvão S/A e outro/ Município de Olinda

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5470

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO (DE SENTENÇA) CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. APELAÇÃO DE AMBAS AS PARTES. ACOLHIMENTO DO APELO DO PARTICULAR. 1. Rejeita-se a preliminar, suscitada na apelação do Município, de ilegitimidade ativa do escritório Correia de Carvalho Advogados -- ao argumento de que a sociedade de advogados só pode cobrar os honorários se o seu nome constar do instrumento de mandato outorgado para a causa -- eis que, na hipótese, é de se afastar a presunção de que a causa foi aceita pelo advogado em nome próprio, tendo em vista a absoluta coincidência entre os sócios da sociedade de advogados e os advogados habilitados pelo mandato judicial acostado aos autos. 2. De outra partes, em respeito à inalterabilidade da coisa julgada, não merece acolhida a pretensão de refazimento dos cálculos do crédito exequendo, para que os juros incidam à alíquota de 1% ao mês somente a partir da entrada em vigor do Novo Código Civil, uma vez que a decisão executada transitou em julgado com a determinação de incidência de juros de 1% ao mês, a partir da data do ajuizamento da ação (ocorrida em setembro de 1995). 3. Considerando que os juros moratórios compõem o valor objeto da "condenação" obtida pela Construtora em face do Município de Olinda, é de rigor reconhecer o acerto da conta apresentada na inicial da execução, merecendo reforma, exatamente por isso, a sentença *a quo*, na parte em que concluiu pela procedência parcial dos Embargos da Edilidade. 4. Finalmente, no que diz respeito à natureza dos honorários advocatícios objeto de execução pela sociedade de advogados, a Corte Especial do STJ pacificou o entendimento no sentido de que a verba honorária, mesmo a de sucumbência, detém caráter alimentar, característica que não é afastada pela circunstância de os honorários serem devidos a sociedade de advogados (precedentes). 5. Assim, também merece reforma a sentença *a quo* quanto à declaração de que o crédito exequendo, relativo à verba honorária, não goza de caráter alimentar, de forma que parcela deve ser reconhecida como tal, com os devidos reflexos no processamento do competente precatório. 6. Apelo do Município improvido e provido o apelo dos embargados, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0183669-7, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo da municipalidade e em dar provimento ao apelo dos embargados, nos termos dos votos do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

AC 0183669-7



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0183669-7

APELANTE: Município de Olinda/ Construtora Queiroz Galvão S/A e outro

APELADOS: Construtora Queiroz Galvão S/A e outro/ Município de Olinda

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelações cíveis** interpostas pelas partes em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Privativa da Fazenda Pública da Comarca de Olinda, nos autos dos embargos à execução movidos pelo **Município de Olinda** contra **Construtora Queiroz Galvão S/A e Correia de Carvalho Advogados**, tendo em vista a execução de sentença prolatada nos autos de ação de cobrança proposta pela Construtora Queiroz Galvão S/A em face do Município de Olinda.

A sentença da ação de cobrança condenou o Município ao pagamento de parcelas inadimplidas de contrato de prestação de serviços de limpeza urbana, corrigidas desde os respectivos vencimentos; da diferença monetária das parcelas pagas em atraso; e de honorários advocatícios sobre o valor da causa, determinando, outrossim, a sentença de embargos de declaração oportunamente interpostos, a incidência de juros de 1% ao mês, a partir da data do ajuizamento da ação.

Nesta instância recursal, deu-se provimento apenas ao recurso adesivo da Construtora, para fixar como base de cálculo dos honorários o valor **da condenação**, restando, no mais, mantido o *decisum* monocrático de 1º grau.

A decisão em comento transitou em julgado nesses termos, haja vista o não conhecimento do recurso especial interposto pelo Município de Olinda na oportunidade.

Em 02 de fevereiro de 2006, a Construtora e a Correia de Carvalho Advogados promoveram a execução da sentença.

O *quantum* exequendo relativo à condenação – executado pela Construtora – foi calculado a partir da atualização monetária do valor atribuído à causa (R\$ 889.496,46), desde setembro de 1995 (quando ocorreu a propositura da ação originária) até janeiro de 2006, com incidência de juros de 1% ao mês, multiplicado por 124 meses (quantitativo correspondente ao período de 10 anos e 4 meses compreendido entre a propositura da ação e a execução da decisão); e correção monetária do valor das custas antecipadas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

Os honorários advocatícios, executados pela sociedade de advogados, por sua vez, foram calculados sobre o valor da condenação.

O Município ingressou com embargos à execução argumentando, em preliminar, a ilegitimidade da sociedade de advogados para executar os honorários, haja vista que a procuração fora outorgada aos advogados (pessoas físicas), sem indicação da sociedade de advogados.

No plano de fundo, argui excesso de execução.

De um lado porque os juros moratórios foram calculados sob o percentual de 1%, desde o ajuizamento da ação (setembro de 1995) até a execução (cálculos atualizados até janeiro de 2006), argumentando, no ponto, que até a entrada em vigor do Novo Código Civil, em janeiro de 2003, o percentual deveria ser de 0,5% ao mês.

De outro, porque os honorários advocatícios foram calculados sobre a condenação, com a incidência de juros de 1% ao mês, asseverando a Municipalidade, a esse respeito, que os juros só deveriam compor a base de cálculo a partir do trânsito em julgado da decisão.

Em impugnação, os embargados suscitaram, preliminarmente, o não conhecimento dos embargos por falta de distribuição; refutaram a preliminar de ilegitimidade argüida pelo Município; e, no mérito, pugnaram pela total improcedência dos embargos à execução.

A sentença ora apelada, em sua parte dispositiva, foi assim exarada:

*"Do exposto, **Julgo Procedentes em parte os Embargos e Procedente em parte a Execução**, para determinar a correção nos cálculos apresentados pelo Contador Judicial, de fls. 22/36, levando-se em consideração ao determinado pelo Juízo quanto à incidência no montante principal dos juros moratórios de 1% A.M., a partir do ajuizamento da ação, consoante r. sentença transitada em julgado, e correção monetária correspondente. Quanto à verba advocatícia, incidirá a correção monetária e juros moratórios à razão de 1% A.M., contados a partir do trânsito em julgado da decisão exequenda. Condeno a sucumbente ao pagamento das custas processuais e de verba advocatícia no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).(...) Registre-se, ainda, o caráter não alimentar da obrigação."*

Conforme antedito, ambas as partes interpuseram recurso de apelação em face dessa sentença.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

Em suas razões de recurso, o Município: (i) reitera os pedidos dos embargos, de acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa da sociedade de advogados e de redução do percentual dos juros para 0,5%, desde a propositura da ação até a entrada em vigor do Novo Código Civil (janeiro de 2003); e (ii) requer a majoração dos honorários a que foram condenados os embargados, para 20% do valor atribuído aos embargos à execução.

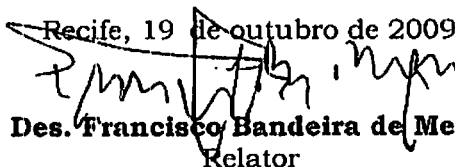
O apelo da Construtora e da Correia de Carvalho Advogados defende, por sua vez, o acerto do cálculo dos honorários apresentados na planilha que instruiu a execução promovida pelos mesmos – tomando como base de cálculo o valor da condenação (já com incidência de correção monetária e de juros de 1% ao mês, por todo o período) –, como também pedem a reforma da decisão quanto à declaração de que a condenação (relativa à verba honorária) não teria natureza alimentar.

As partes apresentaram contra-razões em que, reciprocamente, pedem o improvimento do apelo da parte adversa.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público com assento neste Tribunal, que se manifestou pela desnecessidade de se pronunciar nos presentes autos (fls. 89/90).

É o que se tem a relatar.

À douta revisão, para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 19 de outubro de 2009.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

102-β047

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0183669-7

APELANTE: Município de Olinda/ Construtora Queiroz Galvão S/A e outro

APELADOS: Construtora Queiroz Galvão S/A e outro/ Município de Olinda

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO PRELIMINAR:**  
**ILEGITIMIDADE ATIVA DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

De proêmio, analiso a preliminar, suscitada na apelação do Município, de ilegitimidade ativa do escritório Correia de Carvalho Advogados, ao argumento de que a sociedade de advogados só pode cobrar os honorários se o seu nome constar do instrumento de mandato outorgado para a causa.

Acerca da questão, o posicionamento mais recente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça é representado pelo seguinte julgado:

*PRECATÓRIO. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. Na forma do art. 15, § 3º, da Lei nº 8.906, de 1994, "as procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte"; se a procuração deixar de indicar o nome da sociedade de que o profissional faz parte, presume-se que a causa tenha sido aceita em nome próprio, e nesse caso o precatório deve ser extraído em benefício do advogado, individualmente.*  
(AgRg no Prc 769/DF, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, julgado em 27/11/2008, DJe 23/03/2009)

Esse entendimento, com efeito, representou mudança do paradigma adotado pela Corte Superior, que, até então, posicionava-se no sentido de que a sociedade de advogados poderia requerer a expedição de alvará de levantamento da verba honorária, ainda que o instrumento de procuração outorgado aos seus integrantes não a mencionasse.

Conforme se pode inferir da ementa do julgado supra transcrita, o fundamento impeditivo da legitimidade da sociedade de advogados para a cobrança de verba honorária, em processo no qual a procuração tenha sido outorgada a advogado individualmente, é a presunção de que, se assim confeccionado o instrumento do mandato judicial, a causa foi aceita pelo advogado em nome próprio.

Na hipótese dos autos, contudo, essa presunção é de ser afastada.



103 148

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

Isso porque, consoante se observa da fl. 06 dos autos da ação originária, o substabelecimento outorgado pelo procurador da Construtora, em 24 de agosto de 1995, conferiu poderes aos advogados Joaquim Correia de Carvalho Jr., Ricardo do N. Correia de Carvalho e Luciana do N. Correia de Carvalho.

Tais advogados – e somente eles –, em 17 de abril de 1998, constituíram a sociedade civil denominada Correia de Carvalho Advogados (cf. doc. de fls. 315/318 dos autos da ação originária).

Nesse panorama, a absoluta coincidência entre os sócios da sociedade de advogados Correia de Carvalho Advogados e os advogados habilitados pelo mandato judicial de fls. 6, retro mencionado, permite concluir que justamente o fato de que a sociedade em questão ainda não existia em 24 de agosto de 1995 foi que resultou na habilitação, no mandato, apenas dos advogados pessoas físicas.

A corroborar com essa conclusão, verifica-se que, por ocasião da execução da sentença (que deu origem aos embargos cuja sentença ora é objeto de apelos), foi juntado aos autos novo instrumento procuratório conferido pela Construtora Queiroz Galvão S/A no qual consta a indicação expressa da sociedade civil profissional Correia de Carvalho Advogados como outorgada.

Nessa ordem de idéias, é de se reconhecer a legitimidade do exeqüente Correia de Carvalho Advogados para promover a execução dos honorários advocatícios em questão.

Nesses termos, rejeito a presente preliminar.

Recife, 10 de ~~dezembro~~ de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



104/49

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0183669-7**

**APELANTE: Município de Olinda/ Construtora Queiroz Galvão S/A e outro**

**APELADOS: Construtora Queiroz Galvão S/A e outro/ Município de Olinda**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.**

**VOTO: MÉRITO**

Como visto, o Município de Olinda insiste na necessidade de reelaboração dos cálculos do crédito exequendo, para tanto alegando que, até a entrada em vigor do Novo Código Civil, em janeiro de 2003, os juros deveriam incidir à alíquota de 0,5% ao mês e, somente a partir de então, à base de 1% ao mês.

No entanto, penso não lhe assistir razão, eis que a decisão executada transitou em julgado com a determinação de incidência de juros de 1% ao mês, a partir da data do ajuizamento da ação (ocorrida em setembro de 1995), conforme se vê às fls. 183 dos autos originários.

Nesses termos, em respeito à inalterabilidade da coisa julgada, não merece acolhida a pretensão ora objeto de análise.

A Construtora e sociedade Correia de Carvalho Advogados, por seu turno, pedem a reforma da sentença quanto à determinação de que, relativamente à verba advocatícia, a incidência de juros tenha como termo inicial o trânsito em julgado da decisão exeqüenda.

Ou seja, pedem que verba honorária incida sobre o montante dos juros que compõem o crédito (objeto da condenação exeqüenda) deferido em favor da Construtora.

Ora, o acórdão que substituiu o comando sentencial de 1º grau (proferido na ação originária) – e que, nesses termos, transitou em julgado –, especificamente no que se refere à base de cálculo dos honorários advocatícios, fixou ser ela o valor da “condenação”.

O valor da condenação, por sua vez, corresponde ao valor dado à causa originária, atualizado monetariamente e com incidência de juros de 1% ao mês, desde a data do ajuizamento da ação – sendo esses os parâmetros fixados na decisão exeqüenda.

Logo, uma vez que o cálculo dos honorários advocatícios partirá do valor da condenação, conseqüentemente contemplará a correção monetária e os juros já incidentes sobre estas.

6

AC 0183669-7



105750

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

Note-se: não há que se falar, nesta sede de execução de sentença de conhecimento, em juros moratórios incidentes sobre a verba honorária, nem tampouco em termo inicial para contagem de juros de mora relativos à verba honorária.

O que está em discussão é o valor dos honorários objeto da execução, que, por inferência direta (jurídica e matemática) do teor do título judicial exequendo, há que corresponder a 15% da "condenação".

Ora, se os juros moratórios compõem, como penso que compõem, o valor objeto da a "condenação" obtida pela Construtora em face do Município de Olinda, é de rigor reconhecer o acerto da conta apresentada na inicial da execução, merecendo reforma, exatamente por isso, a sentença *a quo*, na parte que concluiu pela procedência parcial dos Embargos da Edilidade.

Por fim, no que diz respeito à natureza dos honorários advocatícios - ora objeto de execução pela sociedade de advogados, anoto que a Corte Especial do STJ pacificou o entendimento no sentido de que a verba honorária, mesmo a de sucumbência, detém caráter alimentar:

*HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SUCUMBÊNCIA - NATUREZA ALIMENTAR.*

*- Os honorários advocatícios relativos às condenações por sucumbência têm natureza alimentícia. Eventual dúvida existente sobre essa assertiva desapareceu com o advento da Lei 11.033/04, cujo Art. 19, I, refere-se a "créditos alimentares, inclusive alimentícios."*

*(EResp 706331/PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/02/2008, DJe 31/03/2008)*

A circunstância de os honorários serem devidos a sociedade de advogados, outrossim, não afasta a natureza alimentar desse crédito.

Nesse sentido:

*COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. FALÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. INSUFICIÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELA EMPRESA ANTES DA QUEBRA. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. CRÉDITO COM PRIVILÉGIO GERAL. RECONHECIMENTO. LEI N. 8.906/1994, ART. 24. EXEGESE.*

*I. A insuficiência de prequestionamento impede o exame de todas as questões suscitadas no especial.*

*II. Os honorários devidos às sociedades de advogados instituídas na forma do art. 14 do Estatuto da OAB têm caráter alimentar, constituindo crédito com privilégio geral na*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

*falência da empresa para a qual prestados os serviços, descabida a pretensão de afastamento da norma do art. 24 da mesma Lei n. 8.906/1994, que não se limita, na interpretação que se lhe dá, à verba devida apenas aos patronos contratados como pessoas físicas.*

*III. Recurso especial não conhecido.*


(REsp 293552/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2007, DJe 23/06/2008)

Assim, na esteira do posicionamento da Corte Superior, ao qual me filio, também merece reforma a sentença *a quo* quanto à declaração de que o crédito exequendo, relativo à verba honorária, não goza de caráter alimentar.

Ou seja, à parcela do crédito exequendo correspondente aos honorários advocatícios deve ser reconhecida a condição de crédito alimentar, com os devidos reflexos no processamento do competente precatório.

Ante o exposto, **nego provimento** à apelação do Município e **dou provimento ao apelo** da Construtora e da Correia de Carvalho Advogados, em ordem a julgar **totalmente improcedentes os Embargos à Execução**, invertidos, em favor dos exequentes, os ônus sucumbenciais no montante fixado pela sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.  
  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator

052  
107B



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 0183669-7**

**Apelante:** Município de Olinda/ Construtora Queiroz Galvão S/A e Outros

**Apelado:** Construtora Queiroz Galvão S/A e Outros /Município de Olinda

**VOTO DE REVISÃO**

**PRELIMINAR ILEGITIMIDADE ATIVA DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

Vislumbro que no ato do ingresso da ação o instrumento de mandato existente nos autos, o substabelecimento outorgado pelo procurador da Construtora (fl.06) outorgava poderes aos advogados Joaquim Correia de Carvalho Jr., Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho e Luciana do Nascimento Correia de Carvalho, ocasião esta em que inexistia, ainda, a sociedade de advogados, que só foi constituída, em 17/04/1998 (fls. 315/318), pelos mesmos causídicos.

Ora, com o início da execução foi juntado novo mandato e após o lançamento da sentença dos embargos que vem ser combatida, o novo instrumento conferido pela Construtora Queiroz Galvão consta a indicação da sociedade Correia de Carvalho Advogados, confirmando portanto a sua legitimidade para ingressar com a execução dos honorários advocatícios.

Assim, rejeito a preliminar.

Recife, 10 de 12 de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Revisor**

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO DE MÉRITO**

No apelo interposto pelo Município de Olinda, que pede a feitura de novos cálculos para incidir juros de 0,5% até a entrada em vigor do Código Civil de 2002 e após de 1% ao mês.

Essa matéria trazida nos embargos, quanto a incidência dos juros é matéria *pro judicato*, não podendo ser alterada na fase executiva a forma como foi decidida, inclusive por esta segunda instância, conforme podemos apreciar pelo acórdão e votos de fls.253/263.

E em referencia a essa decisão proferida pela 4ª Câmara Cível, podemos vislumbrar a outra questão trazida, desta feita pela Construtora e Sociedade Correia de Carvalho Advogados, que pede a incidência de juros tenha como termo inicial o transito em julgado da decisão exequenda, isto é, que a verba honorária incida sobre os juros que compõe o crédito em seu favor.

Deve-se observar, conforme acórdão transitado em julgado, já mencionado, a base de cálculo foi fixada sobre o valor da **condenação**, que por coincidência corresponde ao valor dado a causa originária, atualizada monetariamente e com incidência de juros de 1% ao mês.

Os juros moratórios sobre a verba honorária esta inserido no valor objeto da condenação e o percentual dessa verba corresponde a 15%.

Por outra banda, quanto a questão dos honorários advocatícios relativos a condenação por sucumbência, mesmo devidos às sociedades de advogados, constitui crédito com privilegio geral e tem caráter alimentício, conforme entendimento do STJ (EREsp 706331/PR e Resp 293552/SP).

054  
109/p



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Portanto, nego provimento à apelação do Município e dou provimento ao apelo da Construtora e da Sociedade de Advogados, para julgar improcedentes os Embargos à Execução, invertidos os ônus sucumbências em favor dos exequentes, no mesmo percentual.

Recife, 10 de 12 de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Revisor**